



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA V CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM/POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PESC/PCSD)

(Senado de Itália, Roma | 5 a 7 de novembro de 2014)

Composição da Delegação

Integraram a **Delegação da Assembleia da República** os seguintes Senhores Deputados:

- António Rodrigues (PSD), membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP) e Chefe da Delegação;
- José Matos Correia (PSD), Presidente da Comissão de Defesa Nacional (CDN);
- Marcos Perestrello (PS), membro da CDN;
- Paulo Pisco (PS), membro da CNECP;
- Vitalino Canas (PS), membro da Comissão de Assuntos Europeus (CAE);
- Sérgio Azevedo (PSD), membro da CAE.

O **apoio técnico foi prestado** pela Assessora da Comissão de Defesa Nacional, Maria Teresa Paulo e pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Maria João Costa.

Enquadramento

O Senado e a Câmara dos Deputados da República Italiana, no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia (UE), organizaram, no Senado da República, em Roma, nos dias 5 e 7 de novembro de 2014, a V Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD. Esta Conferência, cujo programa se anexa¹, contou com a participação de todos os Parlamentos nacionais da UE, do Parlamento Europeu e dos Parlamentos dos países candidatos, conforme consta da lista de participantes².

¹ Disponível em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/appuntamento/programma_ens/000/000/023/CSFP-CSDP_Programme_EN.pdf

² Disponibilizada em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/approfondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/157/FINAL_PESC-PSDC_LIST.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

A documentação disponibilizada pela organização desta Conferência encontra-se acessível em: <http://ue2014.parlamento.it/34?appuntamento=23>

Reunião dos Chefes de Delegação dos Países do Sul

Na véspera do início dos trabalhos da Conferência, reuniram-se os Chefes de Delegação dos países do sul, sob a presidência do Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e do Presidente da Comissão de Defesa do Senado, respetivamente, os Senadores Ferdinando Casini e Nicola Latorre.

Intervieram os Chefes de Delegação dos Parlamentos da Roménia, de Portugal de França, de Chipre, de Espanha, da Grécia, da Eslovénia, de Malta e de Itália. O Chefe da Delegação da Assembleia da República, **Deputado António Rodrigues (PSD)**, manifestou a sua preocupação com a situação dos imigrantes que viajam clandestinamente da margem sul para a margem norte do Mediterrâneo, considerando premente passar das palavras aos atos quanto à expressão da solidariedade por parte dos Estados-Membros da UE relativamente a este assunto, nomeadamente através de uma ação política conjunta e determinada, da revisão da política de imigração e de asilo e de uma ação concertada na origem dos fluxos migratórios, no Norte de África, colocando a tónica nas pessoas. Por outro lado, considerou também que a nova Comissão Europeia deveria chamar a si a iniciativa com vista à adoção de uma ação forte, rápida e determinada relativamente a esta realidade.

O debate foi marcado pela perceção generalizada de que existiriam sérias consequências para a UE num cenário em que o norte de África se tornasse num santuário para terroristas e num lugar onde as guerras civis assumissem um caráter endémico e de que urgia uma ação coordenada por parte da UE para fazer face a este desafio multifacetado. Foi também expressa a preocupação em relação à situação na Líbia, bem como à questão energética e do terrorismo na região do norte de África e referenciada a tensão existente entre Chipre e a Turquia, marcada por alegados incidentes ocorridos em águas territoriais cipriotas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

Programa

Do Programa da Conferência constavam os pontos que seguidamente se apresentam:

- **Reunião dos Chefes de Delegação e da Comissão *Ad Hoc* para revisão do Regulamento**

O Presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados Italiana, Deputado Elio Vito, começou por fazer uma síntese do trabalho efetuado tendo em vista a revisão do Regulamento da Conferência e referiu-se às propostas de alteração apresentadas, reunidas em documento previamente distribuído. De seguida, aludiu à proposta de conclusões distribuída pela Presidência e às propostas de alteração apresentadas por várias delegações.

Foram efetuadas algumas intervenções, cumprindo destacar a da Chefe de Delegação do Parlamento dos Países Baixos, Deputada Angelien Eijnsink, que sugeriu que os Parlamentos nacionais interessados poderiam reunir-se antes da próxima Conferência Interparlamentar com vista a aprofundar e preparar um documento sobre as perspetivas parlamentares sobre o futuro dos *EU Battlegroups*, como forma de contribuir para dar resposta à principal crítica que é dirigida aos *Battlegroups*, que se centra na falta de vontade política. Esta proposta colheu o apoio de várias delegações e a oposição do Chefe da Delegação do Parlamento Europeu, Deputado Elmar Brok.

- **Sessão de Abertura**

A Sessão de Abertura da Conferência foi realizada pelos Presidentes do Senado Italiano, Senador Pietro Grasso, e da Câmara dos Deputados Italiana, Deputada Laura Boldrini.

Foi salientada a excecional situação geopolítica atual, os desafios daí decorrentes e as responsabilidades que impendem sobre os atores políticos com vista ao desenvolvimento de ações concretas para fazer face a essas múltiplas situações, a médio-longo prazo, nomeadamente através de um papel mais ativo por parte da UE, considerado um modelo de referência em matérias de democracia, direitos humanos, Estado de Direito, prevenção de conflitos, desenvolvimento sustentável, muito apreciado no mundo árabe e em África. Foi colocado um especial enfoque na situação da Ucrânia (com consequências económicas e energéticas, que deveriam ser refletidas pela UE, num reajuste da Política de Energia, quanto ao aprovisionamento e aos países fornecedores, da Política de Vizinhança da UE, na política de imigração e de asilo, etc.), na ação do autodenominado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIL) e na situação na Líbia e na Síria (com consequências diretas ao nível da devastação e pobreza das populações locais, dos fluxos migratórios, etc.) e na evolução da Política Comercial Comum, nomeadamente na celebração de acordos comerciais com os EUA, com países asiáticos e com o Mercosul.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

De seguida, tomaram da palavra os Presidentes da Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado e da Câmara dos Deputados do Parlamento de Itália, respetivamente, o Senador Pier Casini e o Deputado Fabrizio Cicchitto, e o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, Deputado Elmar Brok.

A centralidade da questão da vontade política, coordenada entre os Estados-Membros foi expressa pelos vários interlocutores como condição primeira para fazer face à situação económico-financeira, por um lado, e ao desafio de segurança que hoje se coloca de forma premente à UE, por outro lado, constituindo o denominador comum a cada um dos painéis em debate durante a Conferência. Foi sublinhada a necessidade de a UE provar ter capacidade para decidir e agir de forma coerente e eficaz sobre estes desafios, no momento em que se celebram vinte e cinco anos da queda do muro de Berlim e em que a UE foi sendo capaz de garantir a paz no seu território. Foi ainda manifestada solidariedade e lançado o repto para a necessidade de a UE partilhar responsabilidades na proteção das minorias religiosas ameaçadas pelo EIL e na política de imigração face ao fluxo oriundo do sul do Mediterrâneo.

- **A Defesa como um pilar da Integração Europeia**

A Ministra da Defesa de Itália, Roberta Pinotti, destacou na sua intervenção a importância do papel dos Parlamentos nacionais em matéria de defesa e do estabelecimento de canais de diálogo com e entre os seus Membros. Recordou que a paz constituiu um dos pilares centrais em que assentou o projeto europeu e que o esforço na contínua construção da paz deveria manter-se uma prioridade dos Estados-Membros da União. Condenou de forma veemente a violência e a devastação decorrente da ação do EIL e da situação na Síria e na Líbia, expressando também preocupação face à situação na Ucrânia.

- **O Mediterrâneo e as crises nas fronteiras da União Europeia. Desafios globais e regionais: do Médio Oriente à Ucrânia.**

Este tema foi apresentado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República italiana, Paolo Gentiloni, que descreveu a situação nos principais focos de instabilidade política nas fronteiras da UE e as consequências para toda a região, sublinhando o modelo atrativo que a UE representa, nomeadamente contra a guerra e a ditadura. Referiu a questão dos refugiados da Líbia e o impacto que as situações em presença representavam em termos de pressão para a política de imigração e asilo da UE, bem como a questão do conflito entre Israel e a Palestina, defendendo a solução dois povos/dois Estados e apelando a que a UE envidasse esforços para contribuir para a mediação e para a resolução deste conflito, e, por fim, referiu-se à situação na Ucrânia e à crise existente na UE, que dependiam de uma solução política.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Defesa Nacional Comissão de Assuntos Europeus

Seguiu-se o período de debate, que se focou – com posições diversas expressas pelos vários intervenientes – nas questões referentes à situação da Ucrânia (nomeadamente no apoio às reformas na Ucrânia ao nível da segurança, da formação das forças armadas, do sistema político, da economia, etc.), à necessidade de um expressivo apoio financeiro e de maior solidariedade e coordenação entre os Estados-Membros sobre esta questão, à questão energética (incluindo o debate acerca do nuclear), à questão do respeito pelo direito internacional, à solidariedade para com os países bálticos, às relações com a Rússia, ao alargamento da UE e à política de vizinhança, ao conflito no Médio Oriente entre Israel e a Palestina, à reconstrução da Faixa de Gaza, ao importante papel do Egito, à tensão entre Chipre e a Turquia, à evolução positiva da Tunísia e, por fim, à necessidade de uma ação conjunta para combater o EIL.

A organização da Conferência elaborou duas notas de enquadramento sobre “O Mediterrâneo e as crises às fronteiras da União Europeia. Desafios regionais e globais: do Médio Oriente à Ucrânia”, uma dedicada à situação na Ucrânia e outra ao Médio Oriente³.

- **Prospetivas sobre a Defesa Europeia: reforço da cooperação com parceiros estratégicos**

Os oradores desta sessão foram o Presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados de Itália, Deputado Elio Vito, e o Sub-Secretário da Defesa italiano, Domenico Rossi.

O Presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados de Itália, Deputado Elio Vito, destacou o papel da Política Comum de Segurança e Defesa da UE no desenvolvimento de um mercado europeu de defesa, da indústria e das tecnologias ligadas à defesa e de uma cooperação efetiva, apoiada em novas capacidades e em recursos financeiros partilhados, por parte dos Estados-Membros em matéria de defesa, também no âmbito das oportunidades decorrentes do Programa Horizonte 2020. Referiu-se igualmente ao trabalho de preparação do Conselho Europeu de junho de 2015, que será dedicado à defesa, apelando ao contributo dos Parlamentos nacionais nesta preparação. Salientou também o trabalho desenvolvido pela Agência Europeia de Defesa, a importância da parceria euro-atlântica e de a UE falar a uma só voz, nomeadamente na questão energética, sublinhando o papel de todos os intervenientes na defesa dos interesses da UE.

³ Respetivamente, disponível em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/approfondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/142/Ucraina_EN.pdf e
http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/approfondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/143/Medio Oriente_EN.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Defesa Nacional Comissão de Assuntos Europeus

O Sub-Secretário da Defesa italiano, Domenico Rossi, considerou que a credibilidade da UE dependia da sua capacidade em, rapidamente, destacar forças para focos de instabilidade, com tecnologia diferenciadora, recordando os constrangimentos orçamentais dos Estados-Membros face à necessidade de um investimento acrescido na área da defesa e concluindo que uma das respostas de curto prazo a esta dificuldade poderia centrar-se no desenvolvimento de uma maior complementaridade de meios entre os Estados-Membros e na formação de “coligações de Estados interessados” para atuar num determinado contexto. Também referiu a importância da complementaridade do Serviço Europeu de Ação Externa com a NATO e da necessidade de evitar duplicação de iniciativas e utilização de meios, de garantir uma abordagem de eficiência de gastos e de interoperacionalidade. Referindo, por fim, o trabalho de preparação do Conselho Europeu de junho de 2015, que será dedicado a matérias de defesa.

Do debate ocorrido, na sequência destas intervenções, pelos representantes dos Parlamentos nacionais, destaca-se a necessidade de partilhar os custos das operações sob o comando da UE e de uma maior coordenação com a NATO.

A organização da Conferência elaborou, também para este tema, uma nota de enquadramento⁴.

- **A União Europeia como ator global: prioridades e estratégias no quadro da PESC e da PCSD**

Foi oradora deste tema a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini, que organizou a sua intervenção em torno de dez questões: a questão da Ucrânia (nomeadamente do apoio da UE às reformas políticas e económicas da Ucrânia, das sanções impostas à Rússia, do contexto das “eleições” recentemente realizadas no leste da Ucrânia, da abertura de canais de negociação entre as partes); as relações com a Rússia; a situação na Líbia e o risco de eclosão de uma guerra civil; a questão do EIL e da importância da formação de coligações de vontades e meios para fazer face a este desafio, nomeadamente entre a UE e a ONU, e, na UE, entre os Estados-Membros e, na Comissão Europeia, entre vários Comissários; a questão do Médio Oriente, centrando no conflito israelo-árabe e na questão do Irão; o exemplo da Tunísia no quadro da “Primavera árabe”; a necessidade de uma maior coordenação das políticas externas dos Estados-Membros, que possa resultar em iniciativas europeias, com mais-valia para todas as partes; a importância de criar uma maior unidade entre PESC e PCSD no quadro da UE; a resposta europeia a desafios globais, como as migrações, os refugiados, a violação de direitos humanos, as alterações climáticas, a

⁴ Disponível em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/approfondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/144/Cooperazione_con_i_partner_strategici_in_materia_di_PSD_C_ENG.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Defesa Nacional Comissão de Assuntos Europeus

energia, etc.; e a questão dos *battlegroups*, uma capacidade que, afirmou, não ser utilizada por falta de vontade política, apelando ao aprofundamento da coordenação com a NATO. Por fim, anunciou que tencionava visitar as vinte e oito capitais dos Estados-Membros no seu primeiro ano de mandato e que, nessa ocasião procuraria reunir com os Parlamentos nacionais, nomeadamente com as comissões parlamentares de negócios estrangeiros e de defesa.

O debate subsequente centrou-se na questão dos *battlegroups* (sobretudo em referência ao documento produzido pela delegação holandesa intitulado “*use them or loose them*”⁵), da Ucrânia, da parceria da UE com o leste da Europa, da necessidade de a UE agir em coordenação, coerência e determinação, das relações com a Rússia, do conflito israelo-árabe, da estabilidade no Mediterrâneo, da situação no Iraque, do combate e do apoio aos que combatem o EIL, da ajuda humanitária, do acolhimento dos deslocados, da política de imigração, da estabilidade dos Balcãs, da questão entre Chipre e a Turquia e do papel da UE em relação a esta situação e do reconhecimento do Estado da Palestina pela Suécia (o primeiro Estado-Membro da UE a fazê-lo).

O **Deputado Paulo Pisco (PS)** proferiu uma intervenção sob o signo da “UE dos objetivos”, referindo-se à questão do Estado da Palestina e ao contributo da UE para se atingir esse objetivo, bem como ao comportamento de Israel e ao contributo da UE na defesa dos direitos humanos, concluindo pela defesa da solução dois povos/dois Estados.

O **Deputado António Rodrigues (PSD)** interveio, dirigindo-se à Vice-Presidente da Comissão Europeia justamente para a abordar sobre a questão da coordenação entre a Comissão e o Conselho nas matérias da competência do seu pelouro. Assinalou também a questão da política de imigração e da necessidade de a UE assumir uma abordagem política sobre esta questão, bem como uma abordagem solidária em relação aos Estados-Membros mais expostos à entrada de imigrantes provenientes do norte de África, através do Mediterrâneo. Por fim, registando com agrado a intenção de a Alta Representante da UE e Vice-Presidente da Comissão em visitar todos os Estados-Membros no primeiro ano do seu mandato, procedeu ao convite para, nessa ocasião, visitar a Assembleia da República.

A Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini, respondeu às questões colocadas, focando a sua intervenção na questão das relações com a Rússia, da situação face ao vírus Ébola, da questão de recolocar na agenda do conflito Israelo-Árabe o objetivo de um processo de paz tendente ao reconhecimento de dois Estados, a importância da edificação de uma verdadeira PESC/PCSD, o desenvolvimento das parcerias a leste a sul da UE e o combate credível, coerente e consistente ao EIL.

⁵ Disponível em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/approfondimento_appun_tamento/allegato_pdf_ens/000/000/098/NL_Discussion_Paper.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

- Grupos de Trabalho

Grupo de Trabalho 1 – Perspetivas parlamentares do futuro de envio de forças militares no quadro da PCSD

Como forma de preparação do debate sobre esta matéria, a Presidência italiana elaborou uma nota de enquadramento denominada “Perspetivas parlamentares sobre o futuro dos *EU battlegroups*”⁶. Refira-se igualmente as cartas enviadas, sobre este tema, pelos parlamentos da Croácia, da Lituânia, dos Países Baixos, de Portugal e da Suécia e do *Bundestag* alemão e do *Sejm* polaco⁷.

Neste Grupo de Trabalho (GT) intervieram o Diretor-Geral da Política de Defesa do Ministério da Defesa italiano, Juan Francisco Martínez Núñez, a Investigadora do Instituto de Assuntos Europeus e Internacionais (IAI), Nicoletta Pirozzi, e o Diretor-Geral do Pessoal Militar da União Europeia, Wolfgang Wosolsobe, tendo a Presidente da subcomissão SEDE da comissão AFET do Parlamento Europeu, Anna Fotyga, desempenhado a função de moderadora e o Vice-Presidente da Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados italiana, Deputado Massimo Artini, de Relator.

Da delegação da AR, participaram neste GT os Deputados José Matos Correia (PSD), Presidente da CDN e Marcos Perestrello (PS), membro da CDN.

O Diretor-Geral da Política de Defesa do Ministério da Defesa italiano, Juan Francisco Martínez Núñez, organizou a sua intervenção em torno dos seguintes três eixos: o conceito, o financiamento e a vontade política referente à utilização dos “*battlegroups*”.

O Diretor-Geral do Pessoal Militar da União Europeia, Wolfgang Wosolsobe, considerou essencial a UE agilizar mecanismos de resposta rápida, incluindo os “*battlegroups*”, que poderiam, por exemplo, ter sido acionados no Chade, no Mali e na República Centro-Africana. Chamou a atenção para a necessidade de um comando e de uma capacidade de planeamento apropriados a este conceito, envolvendo todos os intervenientes desde o início, bem como a importância de garantir processos de decisão rápidos, eficazes e flexíveis, tanto ao nível europeu, como, sobretudo, ao nível nacional.

A Investigadora do Instituto de Assuntos Europeus e Internacionais (IAI), Nicoletta Pirozzi, procedeu a uma análise de perspetiva histórica do conceito dos “*battlegroups*”, identificando

⁶ Que se encontra acessível em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/approfondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/104/Battlegroups_EN.pdf

⁷ Que podem ser consultadas no sítio da Conferência na internet, em:

<http://ue2014.parlamento.it/34?appuntamento=23>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Defesa Nacional Comissão de Assuntos Europeus

a questão do modelo de financiamento e da vontade política, nomeadamente a exigência de unanimidade no Conselho nesta matéria e as diferentes estratégias entre os Estados-Membros, como os principais óbices à sua utilização.

O debate entre os participantes deste GT decorreu sobretudo em torno da necessidade de revisão do mecanismo de partilha de custos com vista a tornar os “*battlegroups*” numa capacidade que pudesse realmente ser usada quando necessário e da falta de vontade política por parte dos Estados-Membros. Foi também salientada a necessidade de uma maior coordenação entre os Estados-Membros em matéria de política de defesa e de orçamentos, sendo igualmente mencionada a necessidade de se evitar a duplicação de esforços e de uma maior articulação com a NATO, com vista a uma efetiva intervenção rápida, incluindo operações de estabilização, por parte da UE em cenários de crise, com o apoio dos Estados interessados (respeitando os países com tradição de neutralidade militar e concretizando o artigo 44.º do Tratado da UE), assim como a importância de colocar ao serviço conceitos e estruturas já existentes, com base numa vontade política determinada, como é o caso dos “*battlegroups*”, que deveriam constituir uma opção credível a ser usada em situações de crise e de prevenção de conflitos. Por fim, foi também sugerida por vários intervenientes a necessidade de alteração do nome “*battlegroups*”, por ser considerado muito agressivo e uma das razões pelas quais nunca tenham sido usados e foram proferidos votos para que a Alta Representante fosse bem-sucedida no processo de conceção da nova Estratégia Europeia de Segurança, que pudesse incluir uma estratégia para o destacamento dos “*battlegroups*” e a agilização dos processos de decisão em cada um dos Estados-Membros nesta matéria, bem como na reforma do mecanismo de Athena, com vista a uma maior partilha de custos no referente a operações de rápida reação, e ainda no reforço das estruturas civis da UE para a gestão de crises.

O debate acerca deste tema prosseguirá na próxima Conferência Interparlamentar PESC/PCSD, em Riga, em março de 2015.

Grupo de Trabalho 2 – Reforço das relações UE-África

Em jeito de preparação do debate sobre este tema, a organização da Conferência elaborou uma nota de enquadramento intitulada “O reforço das relações UE-África: pontos de vista da UE e da União Africana”⁸.

O Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Letónia, Deputado Ojārs Ēriks Kalniņš, moderou o debate ocorrido neste GT, de que foi Relator o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Defesa do Parlamento grego, Deputado Manousos Voloudakis.

⁸ Que se encontra acessível em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/approfondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/148/UE_Africa_EN.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

O painel que presidiu a este GT teve como oradores o Investigador da Universidade de Milão, Giovanni Carbone, e o Diretor Executivo do Serviço Europeu de Ação Externa para África, Nicholas Westcott.

Neste GT participaram os Deputados Paulo Pisco (PS), membro da CNECP e Sérgio Azevedo (PSD), membro da CAE, pese embora sem assessoria, uma vez que as duas assessoras que acompanharam a delegação se dividiram, respetivamente, entre os GT 1 e 3.

Ainda assim, refira-se que as conclusões da Conferência expressam preocupação relativamente à instabilidade política existente em alguns países africanos, com especial tónica nos países do Norte de África, com impacto direto na segurança da região, no tráfico de seres humanos, na imigração ilegal, apelando ao apoio da UE às reformas internas a serem desenvolvidas por esses países, no reforço das instituições democráticas, na promoção de um crescimento sustentável dessas economias e do papel da sociedade civil.

Foi igualmente destacada a importância de cooperação entre a UE, a ONU, a NATO, a OSCE e a União Africana no que respeita a matéria de segurança e defesa e de prevenção e gestão de conflitos.

Por fim, registou-se o resultado da IV Cimeira UE-África, que salientou a importância do aprofundamento da parceria política entre as duas partes, nomeadamente na área da paz e da segurança, do desenvolvimento socioeconómico, do combate à corrupção e aos fluxos financeiros ilegais, da promoção das relações comerciais e de investimento, da cooperação entre a UE e a União Africana em teatros de operações, nomeadamente na Somália, na República Centro-Africana e no Mali, bem como no fornecimento de equipamento militar e no apoio na área da assessoria e formação, tanto nos mencionados países como também noutros países do Corno de África, especificamente no combate a ameaças como o terrorismo e o tráfico de drogas, de armas e de seres humanos.

Grupo de Trabalho 3 – Estabilidade Regional e Alargamento aos Balcãs Ocidentais

Com vista à preparação do debate sobre este assunto, a organização da Conferência elaborou uma nota de enquadramento intitulada “Estabilidade regional e alargamento aos Balcãs Ocidentais”⁹.

⁹ Que pode ser consultada em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/approfondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/147/Balcani_occidentali_EN.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Defesa Nacional Comissão de Assuntos Europeus

A Mesa deste GT foi presidida por um membro da Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado Italiano, Senador Giorgio Tonini, tendo sido relator o Deputado do Parlamento Europeu Afzahl Khan, membro da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu.

O painel teve três oradores: Fernando Gentilini, Diretor para os Balcãs Ocidentais do Serviço Europeu de Ação Externa; Srdjan Majstorovic, Subdiretor do Gabinete para a Integração Europeia do Governo da República Sérvia; e Gerald Knaus, Presidente do ESI – *European Stability Initiative*.

Por parte da delegação da AR participaram neste GT os Deputados António Rodrigues (PSD), membro da CNECP, e Vitalino Canas (PS), membro da CAE.

Fernando Gentilini começou por fazer um enquadramento histórico do processo de integração europeia dos países situados nos Balcãs Ocidentais e referiu o ponto de situação relativamente a cada um deles: diferenciando os que já têm o estatuto de candidatos e aqueles que poderão vir a obtê-lo (Kosovo e Bósnia e Herzegovina). Aludiu, relativamente a cada um deles, a problemas específicos e sublinhou que um dos grandes objetivos seria aprofundar a cooperação regional entre todos os países. Deu ainda ênfase a algumas alterações nos instrumentos de apoio, ao dispor dos países da região, visando aumentar a sua eficácia e eficiência.

Em especial, referiu que a Bósnia e Herzegovina tinham ainda um longo caminho pela frente, não tendo ainda condições para iniciar um processo de integração; que relativamente à Sérvia e ao Kosovo a normalização das relações entre os dois países fora um passo fundamental, que permitiria, no futuro, poder servir de inspiração para a normalização das relações entre os restantes países da região; relativamente à Albânia, a atribuição do estatuto de país candidato foi o reconhecimento do progresso efetuado por aquele país; relativamente ao Montenegro, aludiu a problemas ao nível da justiça, do combate à corrupção e à dificuldade em encetar um combate sistemático ao crime organizado; e relativamente à FYROM, referiu que, nomeadamente, o problema da definição do nome do país tem dificultado o início das conversações.

Considerou que os próximos cinco anos seriam de intenso trabalho com vista à preparação dos países dos Balcãs para a adesão à União Europeia, ainda que não fosse vislumbrável que tal acontecesse neste período. Referiu a esse propósito que, em 2004, os Estados-Membros que aderiram à União tiveram a oportunidade de concluir a integração já no seio da União, mas que tal não voltaria a acontecer e que o objetivo era que os novos Estados que venham a aderir estejam em perfeitas condições, sem necessidade de maiores adaptações.

Srdjan Majstorovic começou por considerar que se a União Europeia falhasse nos Balcãs seria muito difícil ter um papel a nível global, pois não tendo dimensão regional, não seria credível num plano mais alargado. Traçou então um panorama dos processos de integração



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Defesa Nacional Comissão de Assuntos Europeus

pós 2004, referindo que a adesão da Croácia e que a Sérvia e o Montenegro estariam em fases avançadas do processo. Referiu que a Albânia já era um país candidato e que o Kosovo estava em negociações sobre o acordo de adesão.

Relativamente aos próximos cinco anos, considerou correta a abordagem da Comissão Europeia em anunciar que não realizaria qualquer alargamento ao longo desse período, referindo até que a Sérvia, que estava em fase avançada no processo de integração, necessitaria de cinco anos para completar o processo de adesão, pelo que considerou natural que nos próximos cinco anos não se assistisse a um novo alargamento. Aludiu ainda às novas prioridades estabelecidas pela Comissão Europeia: Estado de Direito, Governança económica e reforma da administração pública, considerando-as prioridades claras e importantes.

Em especial, relativamente à Sérvia, considerou que o processo de integração continuava a funcionar e a ter uma força dinamizadora no sentido da promoção da mudança e da implementação de reformas. E que no seu país tal se devia a um processo transparente e claro, que motivava todos os cidadãos.

Por último, tomou a palavra Gerald Knaus, que recorreu a uma apresentação em *powerpoint*. Começou por apresentar a evolução acerca da aceitação do alargamento da UE entre os cidadãos europeus, considerando que os Estados, à medida que permaneciam mais tempo na União, tinham mais reservas à entrada de novos países. Considerou também que a exigências de reformas associadas ao processo de adesão suscitava muitas dúvidas, sobretudo por não ser claro que os progressos pudessem conduzir à adesão ou, por outras palavras, que essa adesão fosse correlacionada com o mérito.

No seu entender, o processo de alargamento deveria ser idêntico ao “Roteiro para a concessão de Vistos da UE”, i.e., que fossem claramente definidas quais as etapas para atingir que objetivos e que cada uma das etapas fosse avaliada individualmente, no quadro de um processo claro e transparente, baseado no mérito.

Não desconsiderando as questões políticas, considerou que nada impedia que os capítulos técnicos não fossem tratados através de roteiros com “*benchmarks*” claros, que permitissem uma avaliação real e transparente. Considerou, aliás, que os relatórios de progresso eram inúteis se continuassem a ser preparados e redigidos como têm sido.

Seguiu-se um debate com diversos intervenientes, que aludiram à importância da estabilidade na região, à normalização das relações entre os países; às políticas energéticas dos países da região; às relações com a Rússia; à reação dos países relativamente à “suspensão” do alargamento nos próximos cinco anos; à questão da Turquia; e à questão da designação oficial de FYROM/Macedónia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Defesa Nacional Comissão de Assuntos Europeus

Cabe especial referência à intervenção do **Deputado Vitalino Canas (PS)** que colocou três questões. Em primeiro lugar, recordou o sucedido no jogo de futebol entre a Sérvia e a Albânia e referiu que nos diversos encontros que teve com entidades da Albânia foi sempre garantido que o conceito de Grande Albânia estaria totalmente colocado de lado, no entanto, considerou que o incidente no jogo de futebol suscitava a questão de se perceber se esse ideal continuava a existir entre a população, se seria apenas entre grupos marginais ou se se tratava de um epifenómeno. Em segundo lugar, relativamente à Bósnia e Herzegovina, referiu que se falava muito em alterar o Acordo de Dayton, mas quis saber em que direção seria essa alteração. Aludiu a uma recente visita ao país e à sensação que o país se considerava num beco sem saída. De igual modo, considerou que ninguém parecia saber para onde queria ir. Perguntou ainda qual seria a fonte impulsionadora de mudança que poderia promover uma alteração substancial e se esse impulso poderia residir no processo de adesão à UE e em que sentido. Em terceiro lugar, relativamente às relações entre a Sérvia e o Kosovo, começou por reconhecer o enorme progresso nas conversações relativamente ao restabelecimento de relações entre os dois países e perguntou o que faltava para a total normalização das relações entre os dois países.

Após o debate, os oradores tiveram oportunidade de comentar e responder muito brevemente às intervenções efetuadas.

Antes de dar por concluído o Grupo de Trabalho, o Presidente deu a palavra ao relator, Deputado do Parlamento Europeu Afzahl Khan, que fez uma síntese do debate e que traçou em linhas gerais os pontos mais importantes.

- **A crise na Líbia**

Na impossibilidade de estar presente, Bernardino León, Especial Representante das Nações Unidas e Chefe da Missão das Nações Unidas na Líbia, enviou uma mensagem, que foi lida pelo Presidente da Comissão de Defesa do Senado Italiano, Senador Nicola Latorre.

O cerne da mensagem focou-se na complexa situação de grave instabilidade política existente no país, com as instituições constitucionalmente previstas a colapsar e na necessidade de se instaurar um cessar-fogo e de controlo das fronteiras, bem como um corredor humanitário para apoiar os deslocados, salientando a necessidade premente de uma solução política para o conflito, num país extremamente dividido, entre milícias, e com potencial impacto para toda a região.

- **Adoção do Regulamento e das Conclusões**

Foram apresentadas pelos vários relatores, as sínteses dos três Grupos de Trabalho que tinham reunido no dia anterior.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus**

O Regulamento da Conferência foi aprovado na versão apresentada no início da Conferência, tendo sido igualmente aprovadas as “Boas Práticas”, que a ele serão anexas¹⁰.

De seguida, a Presidência apresentou uma terceira versão das conclusões, que pretendia constituir uma versão consensual tendo presentes as diversas alterações propostas pelas delegações. Esta versão das conclusões, distribuída no decurso da sessão de encerramento, acabaria por ser aprovada, sem que tenha existido espaço para debate ou votação das alterações apresentadas. Ainda assim, todas as propostas de alteração que foram sendo apresentadas foram analisadas pelos membros da delegação da AR, que expressou a sua concordância com o documento final submetido pela Presidência.

As conclusões adotadas podem ser visualizadas em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/aprofondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/153/PESC-PSDC_Conclusions.pdf

Assembleia da República, 28 de novembro de 2014.

O Chefe de Delegação,

(António Rodrigues)

¹⁰ Podendo ambos os documentos ser consultados, respetivamente, em:

http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/aprofondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/156/Rules_of_procedure_EN.pdf e
http://ue2014.parlamento.it/SemestreUE/view_groups/download?file_path=/aprofondimento_appuntamento/allegato_pdf_ens/000/000/155/Best_practices_EN.pdf



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

ANEXO

PROGRAMA DA V CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E DE
SEGURANÇA COMUM/POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PESC/PCSD)

(Senado de Itália, Roma | 5 a 7 de novembro de 2014)

(versão em EN)

Wednesday, 5 November 2014

15.00 - 19.00 Arrival of participants and registration at the hotels
19.00 Visit to Capitoline Museums and welcome cocktail

Thursday, 6 November 2014

8.30 - 9.15 Political Group Meetings
9.15 - 10.00 Meeting of the Heads of Delegations and of the Working Group on the Rules
10.00 - 10.15 Coffee break

10.30 - 11.00 OPENING OF THE CONFERENCE

Welcome speeches: **President of the Italian Senate, Pietro Grasso** **President of the Italian Chamber of Deputies, Laura Boldrini**

11.00 - 11.30 Opening Session

Opening remarks by the Chairperson of the Italian Senate Foreign Affairs Committee, Pier Ferdinando CASINI

Opening remarks by the Chairperson of the Italian Chamber Foreign Affairs Committee, Fabrizio CICCHITTO

Opening remarks by the Chairperson of the European Parliament Foreign Affairs Committee, Elmar BROK

11.30 - 13.30 1st Session: The Mediterranean and the crises at the borders of the European Union. Regional and global challenges: from the Middle East to Ukraine

Address by the Italian Foreign Affairs Minister

Debate



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
Comissão de Defesa Nacional
Comissão de Assuntos Europeus

13.30 Family photo

13.45 - 15.15 Working lunch at Sala Garibaldi and Sala Maccari

15.30 - 18.00 2nd Session: The European Union as a global player: priorities and strategies within the CFSP and the CSDP

The High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy/Vice President of the European Commission

Debate

19.30 Visit to the National Gallery of Ancient Art in Palazzo Barberini

20.30 Dinner at Palazzo Barberini (*via delle Quattro Fontane, 13 - 00186 Rome*)

Friday, 7 November 2014

9.00 - 11.00 **Break-out sessions:**

Parliamentary perspectives on the future of the EU Battlegroups

Moderator: Chairwoman of the European Parliament Security and Defence Sub-Committee, Anna FOTYGA

Rapporteur: Vice Chairperson of the Italian Chamber Defence Committee, Massimo ARTINI

Speakers:

Director General of Defence Policy in the Spanish Ministry of Defence, Juan Francisco MARTÍNEZ NÚÑEZ

Senior Fellow in the European Affairs area at International Affairs Institute (IAI), Nicoletta PIROZZI

Director General of the European Union Military Staff, Wolfgang WOSOLSOBE

Strengthening EU-Africa relations: views from the EU and the African Union

Moderator: Chairperson of the Foreign Affairs Committee of the Parliament of Latvia, Ojārs Ēriks KALNIŅŠ

Rapporteur: Defence and Foreign Affairs Committee of the Hellenic Parliament, Manousos VOLOUDAKIS

Speakers:

University of Milan and ISPI Researcher, Giovanni CARBONE

European External Action Service (EEAS) Managing Director for Africa, Nicholas WESTCOTT



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Comissão de Defesa Nacional

Comissão de Assuntos Europeus

Regional stability and enlargement to the Western Balkans

Moderator: Foreign Affairs Committee of the Italian Senate, Giorgio TONINI

Rapporteur: Foreign Affairs Committee of the European Parliament, Ana GOMES

Speakers:

European External Action Service (EEAS) Director for Western Balkans, Fernando GENTILINI

Head of the Negotiating Team for Accession of the Republic of Serbia to the UE, Tanja MIŠČEVIĆ

Chairman of the European Stability Initiative (ESI), Gerald KNAUS

11.00 - 11.30 Coffee break

11.30 - 13.00 3rd Session: Prospects of the European defence: strengthening the cooperative approach with strategic partners

Introduction by the Chairperson of the Italian Chamber Defence Committee, Elio VITO

Address by the Italian Defence Minister, Roberta PINOTTI

Debate

13:00 - 14:00 Working lunch at Sala Garibaldi and Sala Maccari

14:00 - 16:30 Closing Session

Reports by rapporteurs on break-out sessions

Adoption of rules and Conference conclusions